

A produção agrícola por habitantes urbanos no Brasil: Análise dos períodos colonial, imperial e a transição para o século XX

Claudinei Silva Pereira

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: claudinei.kau@gmail.com

Resumo

O artigo analisa uma dimensão da produção agrícola no Brasil, dando ênfase para a realizada na cidade ou por seus habitantes nos arrabaldes dos núcleos urbanos. Utilizamos da abordagem geográfica e de outros campos do conhecimento para enfatizar as peculiaridades no abastecimento alimentar urbano, dentre às quais, o constante desabastecimento, que requeria do cidadão a produção de parte dos itens de autoconsumo e outra parcela poderia direcionar ao comércio local. As características da economia de exportação, com conseqüente concentração das terras e da mão de obra, aliado à restrita divisão social e territorial do trabalho urbano nos períodos colonial e imperial são basilares para o entendimento da produção nas cidades ou em suas imediações. Por fim, destacamos a modificação estrutural que ocorreu em razão da consolidação de um mercado de produção alimentar interno e das transformações na lógica de crescimento da cidade que culminaram com a redução dos produtores agrícolas urbanos.

Palavras-chave: Agricultura urbana; abastecimento alimentar; relação campo-cidade.

Agricultural production by urban inhabitants in Brazil: analysis of the colonial and imperial periods as well as the transition to the 20th century

Abstract

This paper analyzes a dimension of the agricultural production in Brazil, highlighting the one carried out downtown or by its inhabitants in the suburb areas. Geographic and other fields of knowledge approaches were dealt with to underline the peculiarities of urban alimentary supply, among them, the frequent supply shortages, which used to drive citizens to produce a part of the items for self-consumption and another for the local commerce. The exportation economy characteristics, with consequent land and work force concentration, allied to restrictive social and territorial division of urban work in the colonial and imperial periods are fundamental for understanding the production process downtown or in suburb areas. At last, we highlight the structural shift which took place in the country due to the consolidation of an internal alimentary production as well as to transformations in towns growth logic which had a peak with the urban agricultural producers' reduction.

Keywords: Urban agriculture; alimentary supply; relation field-town.

La producción agrícola por habitantes urbanos en Brasil: análisis de los períodos colonial, imperial y la transición al siglo XX

Resumen

El artículo analiza una dimensión de la producción agrícola en Brasil, con énfasis en aquella realizada en la ciudad o por sus habitantes en los arrabales de los núcleos urbanos. Aportamos el método geográfico y otros campos del conocimiento para enfatizar sus peculiaridades en el abastecimiento alimentar urbano, señaladamente, el constante

desabastecimiento, que requería del ciudadano la producción de parte de los ítems de autoconsumo mientras que otra parcela solía ser direccionada al comercio local. Las características de la economía de exportación, con consecuente concentración de tierras y de mano de obra, aliadas a la restricta división social y territorial del trabajo urbano en los períodos colonial e imperial son basilares para el entendimiento de la producción en las ciudades o en sus inmediaciones. Por fin, subrayamos el cambio estructural que tuvo lugar en el país gracias a la consolidación de un mercado de producción alimentaria interno y de las transformaciones en la lógica de crecimiento de la ciudad que culminó con la reducción del contingente de los productores agrícolas urbanos.

Palabras clave: Agricultura urbana; abastecimiento alimentario; relación campo-ciudad.

Introdução

O entendimento de como se articulam os espaços urbano e rural no Brasil, partindo de uma perspectiva geográfica e de outros campos do conhecimento pressupõe, por um lado, compreender no âmbito social e econômico às interações destes espaços, e por outro, às implicações do ponto de vista da constituição de uma nova sociedade que se efetivou pela interação entre povos indígenas, europeus e africanos. Com suas diferentes bases culturais, dietas alimentares, ao interagirem vieram a formar uma nova sociedade alicerçada na exploração do trabalho escravo e na tentativa de imposição de uma forma cultural sobre as demais.

A composição de uma nova sociedade implicou na formação de novos espaços que se articulavam pela dimensão econômica, de forma mais efetiva, primeiramente pela produção agrícola da cana-de-açúcar direcionada a abastecer o mercado europeu. Contudo, para isso, foi fundamental a produção e interação destes espaços que vieram a constituir os espaços rurais e urbanos, não de forma separada, mas, pelo contrário, articulados, apesar de níveis de influências distintos, principalmente dos primeiros em relação aos segundos.

É importante frisar que o entendimento do espaço urbano nos períodos que buscamos analisar, colonial e imperial, compuseram-se de agrupamentos de pessoas, atividades e relações que se não eram na totalidade, do ponto de vista conceitual/teórico como espaço propriamente urbano a partir dos referenciais atuais da geografia, todavia, dada a natureza incipiente do processo de formação e adensamento, permitiram que neles se dessem um conjunto de relações diretamente vinculadas ao espaço rural imediato. Assim, expressavam às condições estruturais da época (REIS FILHO, 1968; SANTOS, 1993). E também por serem os espaços urbanos um nó na interligação do ponto de vista político-econômico com a Metrópole, ao se estabelecerem representantes do poder Real ou de sub-representações das capitânicas, permitiu-se a existência de atividades que produziram interações em diversas escalas geográficas.

Partimos do pressuposto da necessidade de se fazer uma reavaliação da perspectiva da qual existiria de fato uma rígida divisão territorial e social do trabalho entre os espaços

urbano e rural, para assim, relativizarmos, pelo menos no que tange aos períodos colonial e imperial no Brasil, visto a primazia para certas atividades se efetuarem no campo e outras nas vilas e cidades. Nas urbes, em função da densidade populacional, por ser sede de representações públicas, bases militares, comércio e da ocorrência intermitente de festivais religiosos, havia um conjunto de funções que as diferenciavam do espaço rural, atividades estas, contudo, restritas a parcela da população, dada a incipiente organização produtiva destes espaços. Há, de tal modo, uma dimensão que deve ser reavaliada no que concerne à produção e abastecimento de gêneros alimentícios para os habitantes dos aglomerados urbanos, visto a forma como se estruturou a economia.

Para consecução da análise, o procedimento metodológico adotado efetivou-se através da pesquisa bibliográfica de cunho científico em diversas áreas do conhecimento (geografia, história, sociologia, urbanismo e economia), análise de iconografias e de relatos de naturalistas que visitaram o Brasil, os quais deixaram importantes descrições dos aspectos geográficos e de organização das dinâmicas entre campo e cidade no período. Para analisar estas dimensões, o texto foi estruturado em três partes. Na primeira, abordamos às características da produção e abastecimento alimentar no Brasil colonial e imperial, com destaque para as áreas de produção de cana-de-açúcar e de mineração em Minas Gerais. Na segunda, analisamos a transição no final do século XIX e início do XX, quando então as cidades alcançam um novo estágio de expansão, destacando a constituição de um setor de produção para o mercado interno e das transformações do espaço urbano. Na última parte, como forma de conclusão, retornamos aspectos apontados no texto, enfatizando às mudanças que ocasionaram a redução da produção agrícola nas cidades ou por seus habitantes nos arredores.

A produção agrícola nos espaços urbanos colonial e imperial

Numa análise sociológica, Freyre (1966) vincula à formação social do Brasil ao regime de economia patriarcal tendo os senhores rurais o poderio que estruturou às relações econômico-sociais nos espaços rurais e urbanos e suas consequências para a constituição da sociedade brasileira, tanto no que concerne aos valores, hábitos e até certo ponto do ritmo de mudança nos primeiros quatro séculos do país. A casa-grande e sua estruturação baseada na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo, não se restringiu à economia açucareira, apesar de ser ela o ponto central, esteve também fundamentada posteriormente na economia cafeeira. Isto, produziu diversas implicações para a organização e expansão das atividades urbanas, além das deficiências no suprimento de gêneros alimentícios, originadas por um empenho político-econômico e de força de trabalho direcionada aos plantios de monocultura.

O hibridismo que se conformou a partir da miscigenação de três povos resultou numa nova dieta alimentar no Brasil, em razão das implicações da atividade de monocultura, condições climáticas, de solos distintos no território e mesmo das diferentes composições culturais que foram se conformando nas diferentes regiões. Desta forma, a alimentação no que diz respeito à variedade, quantidade e preço foi uma dimensão presente nas interações que se efetivaram entre os espaços rurais e urbanos, e em alguns momentos resultou em turbulência para os habitantes dos aglomerados urbanos, devido à oferta escassa.

Reis Filho (1968) ao tratar da formação dos primeiros núcleos urbanos na colônia, enfatizou que o processo de urbanização é um fenômeno social que desencadeia transformações espaciais e econômicas, no sentido de agregação dos indivíduos em espaços mais restritos e onde há maior divisão social do trabalho, notadamente não vinculadas diretamente às atividades agrícolas, todavia passíveis de coexistirem.

Ocorre um processo de urbanização quando em uma sociedade existe uma divisão social do trabalho, em caráter permanente, de sorte que uma parcela ponderável da população deixa de se dedicar à produção de alimentos e passa a depender, para sua subsistência, dos produtos do trabalho da outra parcela, aos quais tem acesso por meio da troca ou por apropriação direta (REIS FILHO, 1968, p. 20).

Assim, a cidade está vinculada à criação de espaços laborais em que os indivíduos requerem, a partir de outros, o fornecimento de alimentos, especialmente os de origem agropecuária, formando um metabolismo socioeconômico entre campo e cidade. Contudo, não elimina às possibilidades de existência de indivíduos no interior destas aglomerações que tenham na produção primária parte de seus rendimentos ou complementação alimentar.

Para analisarmos como se relacionavam às formas de abastecimento alimentício nos espaços urbanos no Brasil desde o período colonial, e especificamente por quais motivos se praticou à agricultura no interior e nas bordas dos aglomerados, mesmo tendo-se ciência de que o país desde sua formação colonial se constituiu de forma preponderante numa sociedade de base rural, partimos do pressuposto de que a divisão territorial e social do trabalho entre campo e cidade não se fez por completo, visto que um conjunto mais amplo de relações se estabeleceram entre às economias rural e urbana no que diz respeito às interações e complementaridades, e mais precisamente, como o elemento estruturante da organização produtiva baseada nos grandes cultivos tropicais de exportação foi, em parte, o sustentáculo do processo de urbanização e ao mesmo tempo um empecilho para sua dinamização.

O período ao longo do qual se inseriu a colonização e efetiva ocupação territorial do Brasil, as relações na economia urbana e o processo de urbanização ultrapassaram às fronteiras da colônia para assumir um caráter internacional, ou seja, as primeiras formas

urbanas construídas na colônia foram para dar sustentação necessária entre a economia rural de exportação e a metrópole portuguesa, com exígua articulação entre as vilas e cidades na colônia¹, não gerando sistemas produtivos efetivos e duradouros direcionados ao mercado interno. Essas aglomerações foram construídas para serem sede de instâncias do poder político-administrativo da Coroa, notadamente para a função de arrecadação de tributos (REIS FILHO, 1968; PRADO JÚNIOR, 1973; LINHARES, 1979).

A organização da agricultura colonial, vinculada às correntes do comércio europeu, por seu caráter especializado, no plano internacional, não podia gerar sistemas produtivos internos diversificados, nem propiciar acumulação interna. Daí, o povoamento esparsa, rarefeito e a multiplicação de “economias de subsistência” raramente capazes de produzir excedentes para um diminuto, ocasional e intermitente comércio interior (LINHARES, 1979).

A urbanização brasileira, principalmente nos três séculos iniciais, se fundamentou na dependência da cidade em relação ao campo no que se refere ao fornecimento de gêneros alimentícios, ao passo que esse mesmo campo representava parcela considerável dos consumidores dos produtos ofertados pelas cidades, em razão da concentração da riqueza pelos proprietários fundiários e de formas de exploração das terras, as quais Freyre (1966) e Prado Júnior (1973) apontaram como os elementos constitutivos da organização agrária no Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Como resultado, a estrutura organizacional da colônia esteve subordinada às áreas de produção de cana-de-açúcar, principalmente na atual região Nordeste, onde as relações de trabalho escravo, seja indígena ou de origem africana, estavam vinculadas à monocultura e ao latifúndio destinado a produzir para a metrópole². Esta mesma estrutura se impôs na Baixada Fluminense no período, segundo Mendes (1948).

A estrutura produtiva da monocultura requeria o uso expressivo da mão de obra disponível no campo para a realização do cultivo e processamento da cana-de-açúcar, o qual comprometia periodicamente à produção de outros gêneros alimentícios excedentes que pudessem abastecer os mercados urbanos, afetando o funcionamento e expansão das vilas e cidades. Assim, “a rede urbana aqui instalada por sua estrutura, seu fundamento e seu

¹ Godoy (2011) entende que as formas urbanas implantadas visaram a dar sustentação a colonização do território com conotação geopolítica e a intermediar a exportação de mercadorias, ao afirmar que o caráter urbano se constituiu anteriormente ao rural. O primeiro argumento se opõe ao que Prado Júnior (1973) analisou, pois durante todo o período colonial a Coroa deu pouca importância para o crescimento urbano, pois isso concorreria pelo uso da mão de obra, mesmo sendo o trabalho escravo o preponderante, e a cidade se constituiu na maior parte do tempo como o espaço necessário para a instalação do poder político-administrativo visando principalmente a arrecadação de impostos provenientes dos produtos agrícolas e minerais, e não como uma estratégia de manutenção do território, apesar de na cidade estar o poder militar para protegê-lo contra os inimigos, tanto os externos como de possíveis ataques de povos indígenas.

² Para Prado Júnior (1973), a dinâmica do mercantilismo na colônia foi para a Coroa portuguesa, desde o princípio, um espaço destinado a fornecer os gêneros tropicais e metais preciosos requeridos no mercado europeu. As demais atividades econômicas foram secundárias ou subsidiárias para dar sustentação à atividade principal.

desenvolvimento foi, em grande parte, uma resposta às características e vicissitudes da economia rural” (REIS FILHO, 1968, p. 39).

A escassez de alimentos nas vilas e cidades era rotineiro, com maior severidade nos períodos em que o açúcar estava com preços elevados no mercado internacional, pois havia o deslocamento de mais força de trabalho para esta atividade, restringindo à produção de excedentes alimentares de menor importância econômica nos grandes estabelecimentos, porque a demanda alimentar urbana era incipiente em razão do restrito contingente demográfico e na perspectiva do produtor latifundiário-monocultor açucareiro não compensava dispendêr esforços para aquela finalidade por serem atividades subsidiárias.

A economia colonial esteve, até meados do século XVII, baseada quase que exclusivamente na agricultura de exportação. Foi essa atividade econômica que deu melhores resultados sob a forma de agroindústria do açúcar e em função dela organizaram-se às demais. A ela ficaria ainda subordinada à economia urbana, cujas condições iniciais seriam extremamente modestas (REIS FILHO, 1968).

Os núcleos urbanos se organizaram em função das atividades de monocultura de exportação, vinculadas à economia mercantil, e vários deles surgiram mesmo antes da conformação do campo (GODOY, 2011), sendo às precárias formas de abastecimento alimentar interno, entendidas como economia “natural” das trocas, como também denominadas de agricultura de subsistência³ (PRADO JÚNIOR, 1973) destinadas ao consumo e à manutenção da colônia. Assim, não é possível compreender a organização dos espaços rurais e urbanos no período colonial sem levar em consideração às relações de trabalho escravo e toda a articulação de esforços direcionada aos grandes cultivos de exportação, que comprometeram o mercado interno. De tal modo, “a escassez surgia como resultante da produção destinada ao mercado europeu e da integração do conjunto da colônia aos imperativos do capital mercantil metropolitano” (LINHARES, 1979, p. 37).

A estrutura organizativa do campo direcionada para o mercado exterior produziu, segundo Azevedo (1992), frágeis relações laborais nos espaços urbanos da época, visto que se fundamentavam apenas na provisão de mercadorias que os engenhos não produziam ou importavam da metrópole portuguesa, não fomentando atividades laborais expressivas para os habitantes das aglomerações. Disso resulta, em parte, a proibição de se produzir na colônia as manufaturas que a metrópole pudesse fornecer.

A dependência das cidades em relação aos gêneros alimentícios fornecidos pelos engenhos ou fazendas teve na cidade de Salvador no século XVII certo atenuante, pois de acordo com relatos de Gabriel Soares de Sousa citados por Azevedo (1992, p. 15) na zona

³ Sobre os cultivos voltados ao mercado interno, fora dos grandes estabelecimentos de monocultura, Prado Júnior (1973, p. 160) assim se refere a esta agricultura subsidiária “Pelo destino dado aos produtos desta pobre agricultura de subsistência, podemos prever a sua localização. Ela será naturalmente e de preferência nas proximidades dos grandes centros urbanos a que particularmente serve”.

do Recôncavo se estruturaram pequenas propriedades produtoras de “mantimentos, frutas e hortaliças” funcionando como um cinturão verde e nos arrabaldes da cidade era comum chácaras com cultivos frutíferos voltados ao mercado urbano⁴. Esta singularidade, contudo, reforça às características gerais de modéstia da vida urbana nos demais aglomerados da colônia, voltados às funções político-administrativas e religiosas, com restritos contingentes demográficos, de consumo e elevada dependência das dinâmicas da agricultura comercial.

Azevedo (1955) ao analisar a cidade de Salvador desde sua fundação (1549), menciona a partir de cartas de padres jesuítas e atas da Câmara municipal, a preocupação em relação ao abastecimento, quando então houve o plantio de árvores frutíferas pelos padres no núcleo recém formado, visto a área rural ainda estar por se constituir com as monoculturas.

Tentou-se, nas primeiras décadas após a fundação, organizar feiras a partir dos produtos fornecidos pelos indígenas dos arredores, produção limitada devido estar fundamentada no extrativismo vegetal e na caça, e em uma agricultura de base técnica muito rudimentar. Desta maneira, era recorrente o plantio de mandioca por habitantes da cidade, pois a farinha tornou-se indispensável na deita alimentar da colônia, além da criação de pequenos animais para autoconsumo. A produção de mantimentos no entorno da cidade foi ampliada nas primeiras décadas com o uso do trabalho indígena, ao passo que estruturava-se em outras áreas os engenhos com cultivo de cana-de-açúcar.

O gado para não competir pelo uso do solo com a atividade canavieira, era criado nas áreas afastadas, até chegar ao vale do Rio São Francisco. O abastecimento ficou mais comprometido quando no recôncavo passou-se a produzir o fumo, concorrendo com as terras e mão de obra que eram destinados a produzir alimentos.

O regime alimentar constituiu-se numa das principais adaptações da nova sociedade híbrida, ou seja, a junção das culinárias indígena, portuguesa e depois africana (FREYRE, 1966). Nisso resulta certa dificuldade em se realizar um registro das práticas de alimentação no período colonial, pois eram amplas às possíveis combinações alimentares, sejam decorrentes dos hábitos ou mesmo da disponibilidade de certos alimentos regionais; todavia, ocorriam carências severas, em razão da irregularidade da produção e da baixa produtividade após vários anos utilizando o mesmo solo. Em tal contexto, os derivados da mandioca formaram o pilar da dieta alimentar.

Em diversos momentos nos séculos XVI, XVII e XVIII houve escassez de alimentos na cidade de Salvador, motivados ora pela elevação dos preços do açúcar que absorvia os

⁴ No entendimento de Reis Filho (1968) a conformação de chácaras produtivas nas imediações das áreas urbanas nos primeiros séculos se fez mediante a necessidade de fornecer para seu proprietário os alimentos que constantemente estavam em falta no mercado urbano, ou seja, se estruturou nas bordas destes aglomerados a agricultura de subsistência, muito em razão das vulnerabilidades no abastecimento urbano com produtos provenientes das áreas rurais. Estas chácaras também existiram no entorno das cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo no século XIX, apesar de configurarem outras relações com estas cidades, mantendo, contudo, uma importante função na produção de alimentos, como analisaremos mais a frente.

esforços produtivos, ora pela expansão do plantio de fumo⁵ no recôncavo e mesmo por secas que agravaram o precário abastecimento de gêneros agrícolas e de carne bovina, debilitando ainda mais a frágil dieta alimentar da população urbana, cuja parcela mais pobre notadamente sucumbia com a elevação dos preços. A situação era agravada pelo fato desta cidade ter importante porto, ao qual, as tripulações recorriam para abastecer os navios com destino à Europa e à África.

A população da cidade variava segundo os períodos de colheita, pois estava diretamente articulada com as dinâmicas do espaço rural, visto que parte considerável da população rica vivia na área rural. Segundo Azevedo (1955, p. 152):

A cidade variava segundo as estações. Na época da moagem saía uma parte da gente para o campo, - os senhores de engenho com as suas famílias e grande parte dos escravos, capatazes, mestres do fabrico de açúcar, e comissários que iam ver o produto para fazer preço; os mascates, com suas caixas de miudezas, percorriam as propriedades rurais; os meirinhos, almotacéis e juizes da vintena faziam intimações, lançamentos e cobranças. Era também o tempo das festas religiosas e das missas solenes nas capelas dos engenhos. Só no inverno, de abril a junho, reabriam-se as "moradas nobres" das ruas mais centrais, reanimam-se com o movimento de embarques do açúcar o comércio da Praia, no Terreiro corriam-se touros, saíam as procissões, tudo era animação e movimento.

Ainda, segundo o autor, a cidade em 1706 contava com aproximadamente 4.300 residências e 21.600 habitantes. Contudo, a partir das descobertas de ouro em Minas Gerais, uma parcela considerável migrou em busca de riquezas auríferas, porém mantendo o crescimento urbano em razão das altas taxas de natalidade e da migração de parcela das áreas rurais, atraídos pelo crescimento do comércio, divertimentos e luxo que a cidade propiciava.

Ampliaram-se, também, no século XVIII, às doenças que causaram milhares de mortes, potencializando seus efeitos em razão das más condições de nutrição da população rural e urbana.

De modo geral, em toda a parte onde vingou a agricultura, dominou no Brasil escravocrata o latifúndio, sistema que viria privar a população colonial do suprimento equilibrado e constante de alimentação sadia e fresca. É ilusão supor-se a sociedade colonial, na sua maioria, uma sociedade de gente bem-alimentada (FREYRE, 1966, p. 44).

Dadas às precárias condições de abastecimento urbano nas zonas de monocultura e os custos da aquisição, uma parte da população urbana buscava cultivar nas cidades ou no entorno gêneros alimentícios que possibilitavam aumentar e diversificar a dieta alimentar. E parte dessa produção comercializavam nos núcleos urbanos.

⁵ O fumo teve expansão da produção em razão do aumento do consumo de cigarro na Europa e também serviu como moeda de troca no comércio de escravos na África. Assim, com o aumento do tráfico escravo transoceânico, mais se recorria ao fumo como meio de pagamento.

Em contraposição às zonas açucareiras, a exploração de ouro e diamantes em Minas Gerais no século XVIII articulou internamente, em escalas espaciais mais amplas, os mecanismos de abastecimento alimentar devido aos vários povoados e vilas que surgiram em razão da atividade mineradora, interligando via rotas interiores os centros de fornecimento situados nas atuais regiões Sul e Nordeste e a capitania de São Paulo, para esses alimentos serem consumidos tanto pelos trabalhadores vinculados às grandes unidades mineradoras, como por aqueles residentes nas vilas. A vila de Ouro Preto (antes Vila Rica), capital da capitania de Minas Gerais, foi um importante entreposto de mercadorias oriundas das demais capitanias da colônia e mesmo da metrópole e no auge da mineração tinha aproximadamente 30 mil habitantes (LINHARES, 1979; AZEVEDO, 1992; FONSECA, 2012).

O comércio nas vilas e cidades mineiras apresentou diferenças no porte dos agentes envolvidos e mesmo na procedência dos produtos comercializados, além de ter estruturado às bases de formação do setor de mercado interno (SINGER, 1977). Sobre a tipologia destes estabelecimentos, Puff (2007) menciona a existência de três tipos existentes na cidade de Mariana no período da mineração, sendo: loja de fazenda seca; vendas de molhados; e vendedores ambulantes. O primeiro, se refere a comercialização de produtos importados, voltados para a população de maior poder aquisitivo urbana e rural; o segundo, condiz com estabelecimentos de menor expressividade mais direcionados a comercialização de alimentos e utensílios básicos que eram de origem local ou mesmo provenientes de outras capitanias; o terceiro, formado por vendedores ambulantes, teve presença significativa de mulheres escravas ou alforriadas, comercializando os produtos que variavam desde doces até alimentos agrícolas pelas ruas do aglomerado.

Em relação a estes diferentes agentes do comércio urbano, nos interessa diretamente os praticantes do comércio ambulante, com presença de comerciantes do sexo feminino e quando escravas, representando o que a literatura chamou de negras de tabuleiro, ou quando homens, de escravos de ganho, havia também participação significativa de alforriados e de brancos. Foram importantes no comércio de alimentos, notadamente os mais perecíveis como, por exemplo, frutas, verduras e legumes. Assim, o comércio ambulante corroborou a existência nas proximidades destes núcleos urbanos de áreas agrícolas voltadas ao abastecimento local e de seus proprietários onde, provavelmente, participavam nos processos de produção, colheita e comercialização.

A subordinação destes indivíduos aos seus senhores, quando escravos, representa uma lógica produtiva diretamente vinculada aos anseios de rentabilidade de seus proprietários na atividade, ou seja, a participação no comércio ambulante requeria investimento de pequeno capital devido às especificidades dos gêneros comercializados. Caso houvesse destinação mais rentável para o uso do trabalho escravo, como a mineração ou outros ofícios, se

realizava a modificação nos usos da força de trabalho, motivo este que no comércio urbano ambulante predominava o sexo feminino (PUFF, 2007).

Importante salientar os esforços no sentido de produção de gêneros agrícolas localmente, relacionados às dificuldades e aos custos dos transportes a média-longa distâncias, como também o problema da inexpressividade de uma área produtora de grãos e vegetais que possibilitasse a comercialização para o mercado interno. Também era um entrave os preços elevados que se praticavam nas cidades mineiras, devido a grande circulação de ouro como forma de pagamento⁶. Soma-se a este conjunto de fatores, a própria constituição dos hábitos alimentares de parcela da população, que teve nos alimentos derivados da mandioca seu principal componente alimentar, ou seja, “o pão da terra”. Estes elementos permitiram fomentar e desenvolver na capitania de Minas Gerais a agricultura de subsistência para abastecer parte da demanda nas áreas de mineração e dos núcleos urbanos, reduzindo já na metade do século XVIII os problemas de escassez no abastecimento (PRADO JÚNIOR, 1973; SINGER, 1977; LINHARES, 1979).

O naturalista Saint-Hilaire (1975) ao percorrer a província de Minas Gerais em 1818 descreveu diversos aspectos das vilas, povoados e campos, destacamos às precárias condições dos caminhos que os tropeiros usavam no transporte de mercadorias, o declínio das atividades urbanas após o ciclo da mineração e a existência de poucas áreas com agricultura, o que denota a frágil estrutura produtiva na época. Um aspecto a frisar, dado o foco deste trabalho, concerne à existência de jardins nas residências, dentre os quais com cultivos de frutas e de hortaliças, principalmente a couve, que parece ter sido uma das folhosas mais consumidas na província, haja vista o conjunto de vezes em que o autor se referiu a esta planta nos quintais urbanos e mesmo nas propriedades rurais por onde se hospedou. Na vila de Barbacena que contava com cerca de 200 residências e 2.000 habitantes, o autor destacou:

A maioria das casas possui um pequeno jardim; entramos no de um comerciante conhecido do Sr. Ildfonso, e aí vimos latadas carregadas de belos cachos de uva, pessegueiro cobertos de frutos, algumas flores cultivadas nos jardins da Europa, tais como cravos, escabiosas, amores perfeitos (*Dianthus barbatus*); enfim, belíssimos legumes, e entre outros, batatas. Os jardins que vimos, de um dos lados da grande rua, se estendem pela encosta da colina, e, a maior parte, sustentados por muralhas, formam pequenos terraços (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 62).

Ouro Preto foi abordada num estágio em decadência, no qual a população se reduziu para aproximadamente oito mil habitantes. Não apresentava a vila uma estrutura comercial

⁶ Singer (1977) indicou os impactos do escoamento da produção realizada em São Paulo direcionada a abastecer as zonas de mineração onde os preços eram mais atrativos, pagos em ouro, causando inflação devido à diminuição dos alimentos no comércio local na cidade de São Paulo.

diversificada, equipamentos de lazer, nenhuma biblioteca, nem mesmo uma hospedaria suportável. O autor relatou que todas as terças e quartas-feiras condutores de bestas carregados de gêneros chegavam à vila, e se deslocavam pelas ruas, até terem vendido tudo o que trouxeram. Essas características relacionavam-se com um aglomerado que era sede do poder governamental e de regimento das forças militares. Por este enfoque, elucida-se que o mercado de trabalho urbano era restrito a pequena parcela da população; a outra tinha que buscar rendimentos em outras atividades, seja na mineração em áreas afastadas que causou o decréscimo da população nesta vila ou praticando uma agricultura de autoconsumo e às vezes para comercializar.

Na região açucareira nordestina e na Baixada Fluminense, as grandes propriedades visavam à autossuficiência nos gêneros alimentícios. Os escravos eram responsáveis pelos cultivos, tanto para sua alimentação, como para a de seus senhores. Esta lógica ocasionava a restrição nas possibilidades de produção de excedentes, pois os esforços da mão de obra eram predominantemente canalizados para a agricultura comercial de exportação. Como resultado, as cidades próximas ficavam à mercê do comércio intermitente dos excedentes do campo.

No período de entressafra ou queda de preços do açúcar, os produtos de subsistência surgiram com abundância no mercado, mas sempre que subiam às cotações dos produtos de exportação ou que as pestes ou dificuldades de outra ordem reduziam o número de escravos, diminuía a produção de subsistência, influenciando de modo desfavorável não apenas nos centros mas também no mundo rural (REIS FILHO, 1968).

As formas precárias de abastecimento alimentar, mesmo se tratando de um país eminentemente rural no período, evidenciam às lógicas de organização do território no sentido de produzir cultivos ou extrair riquezas minerais para o mercado externo que restringiram às possibilidades de crescimento demográfico e diversificação das atividades econômicas nas áreas urbanas por quase todo o período colonial, além das restrições na dieta alimentar de parcela significativa da população urbana, por não terem os meios econômicos suficientes para adquirir os produtos ou devido à escassez no abastecimento via mercado local.

Prado Júnior (1998) referindo-se à Capitania de São Paulo, menciona às restrições no abastecimento alimentar que as vilas de São Vicente e Santos, situadas no litoral, enfrentavam, requerendo da área do planalto onde se situa a cidade de São Paulo o fornecimento de gêneros básicos, tais como farinha de mandioca, trigo e outros cereais.

Forma-se entre parcela da população urbana a necessidade de realizar cultivos agrícolas para sua sobrevivência, sejam motivados por períodos de desabastecimento quase geral ou mesmo pelas restrições de postos de trabalho urbano duradouros, que impunham ao cidadão a necessidade de prover parte de sua alimentação.

Os proprietários rurais, eventuais moradores dos núcleos urbanos, tenderam a transferir para estes os seus programas de autossuficiência, transportando e aproveitando parcelas de sua produção rural, **e mesmo instalando, em escala reduzida, no próprio meio urbano, a produção de alimentos.** Esse comportamento, ocorrendo em proporções ponderáveis, tornava o mercado urbano extremamente reduzido (REIS FILHO, 1968, p. 44 - Grifo nosso).

Os demais residentes urbanos, dentre eles os profissionais liberais e comerciantes que possuíam escravos e propriedades urbanas ou nas proximidades, utilizavam do artifício de produzir parte de sua alimentação nestas áreas como forma de diversificar a dieta alimentar e também garantir a segurança alimentar nos períodos de escassez. Assim, no meio urbano, a prática agropecuária era um fenômeno quase constante na dinâmica socioespacial. Segundo Reis Filho (1968, p. 44) “os quintais de chácaras da periferia, e mesmo as residências mais centrais, teriam seus pomares, suas criações de animais domésticos e suas hortas”. O trabalho escravo era parte fundamental neste processo, ao produzir os gêneros que seus senhores requeriam, seja para consumo ou em parte para comercialização local⁷.

A produção de subsistência direcionada ao mercado interno foi impulsionada pelo crescimento demográfico, dinamização do comércio e do funcionalismo público. Deste modo, no entorno ou mesmo no interior das cidades, as práticas agrícolas se tornaram parte da dinâmica urbana, na qual sujeitos locais que não tinham meios para se inserir na produção de cana-de-açúcar devido a concentração das terras e falta de capitais, atuavam em pequenos espaços na produção alimentar.

A formação de chácaras nos primórdios da urbanização brasileira como no final do período colonial reflete, por um lado, a existência da apropriação das terras de forma concentrada por uma elite escravocrata e, por outro, sinaliza as interconexões entre as dinâmicas rurais e urbanas, nas quais as peculiares práticas de cultivos e criação de animais eram uma faceta. Provia-se parcela significativa dos alimentos requeridos pelos seus proprietários, como também para abastecer parte do mercado urbano.

Sobre as formas de comércio alimentício nestas áreas urbanas, havia um conjunto de sujeitos que participava, desde indígenas, escravos, vendedores ambulantes, e locais como as quitandas e feiras semanais que contribuíam ativamente para formação de um mercado urbano permanente. Este pequeno comércio oscilava ao longo do ano, muito em função das restrições da produção local, como também da exígua monetarização nas práticas econômicas em que uma parte ainda estava vinculada a economia das trocas (escambo). Os grandes proprietários rurais eventualmente contribuíam no aumento da demanda, quando suas famílias vinham para as cidades por pequenos períodos do ano, mas esta participação

⁷ Um aspecto interessante era o comércio ambulante de frutas, doces e salgados, no qual eram empregados, em geral, escravos, mesmo os das famílias mais abastadas, ficando os ganhos para seus senhores e, sobretudo, senhoras, e pequena parte para os escravos, alguns dos quais, conseguiam acumular rendimentos suficientes através dessa atividade para comprar suas cartas de alforria.

era mínima, visto que traziam de suas propriedades parte dos gêneros que consumiam (REIS FILHO, 1968).

A concentração de capital nas mãos dos senhores de engenho enfraquecia o mercado e os próprios centros urbanos por não participarem ativamente da economia açucareira, seja no que concerne a agregação de valor à produção ou no fornecimento de equipamentos ou de sua manutenção, pois os engenhos eram quase autossuficientes.

O meio urbano era abastecido pelos excedentes da produção de subsistência das propriedades rurais, excedentes esses que não podiam ser exportados, mas que representavam, em certos momentos, o resultado de um aproveitamento mais completo das disponibilidades de tempo de mão de obra escrava. Mas, sempre que essa mão de obra podia ser utilizada com maiores rendimentos na agricultura comercial, modificavam-se as condições e os engenhos passaram de fornecedores a compradores de produtos. Ocorriam nessas épocas transtornos graves no mercado e no abastecimento das aglomerações urbanas. A frequência dessas mudanças determinava a quase permanente instabilidade e insuficiência do mercado de abastecimento (REIS FILHO, 1968, p. 94).

A agricultura urbana se inseria na dinâmica das cidades e vilas em função da estrutura fundiária e produtiva da região, compondo facetas relacionadas aos mercados de abastecimento alimentar, como também das possibilidades efetivas de parte da população ter meios econômicos para a sua aquisição. Pensar a urbanização como um processo permite situá-la numa dinâmica de transformações, em que novos conteúdos e agentes estão em constantes interações e disputas, produzindo novas relações espaciais e estruturando a cidade e suas imediações dentro de certas lógicas.

No final do período colonial já se estruturava um conjunto de aglomerados urbanos compostos por 213 vilas e 12 cidades nas diversas regiões no Brasil (AZEVEDO, 1992), as quais pela restrita divisão social do trabalho e limitada articulação entre si, além de pela intermitência de certos afazeres ou funções urbanas, parte de seus habitantes, de certa forma, se vinculava mais às dinâmicas da economia rural, do que à economia urbana que lentamente se constituía orbitando os grandes domínios rurais, com poucas diferenças entre os aglomerados brasileiros, exceção para as principais cidades portuárias que exerciam um papel de intermediação numa área mais ampla (COSTA, 1999).

De tal modo, segundo Azevedo (1992, p. 36) ao findar o período colonial, apenas as cidades do Rio de Janeiro e Salvador eram dignas desse status. As demais não passavam de simples vilas e a população “espreguiçando-se, na periferia, nos seus ranchos e caminhos de tropas, nas suas chácaras e sítios que marcam a transição entre a paisagem urbana e a solidão envolvente dos campos”.

Em consequência das limitadas funções urbanas, parte da população das vilas e cidades se dedicava também a atividades agropecuárias, não sendo assim, de forma ampla,

uma população estritamente urbana, mas realizando um conjunto de atividades relacionadas ao campo e a cidade. De tal modo, a divisão social e territorial do trabalho era incipiente.

Sobre a Baixada Fluminense, Mendes (1948) afirma que a cana-de-açúcar foi a atividade agrícola mais importante no período colonial e em parte do imperial, porém, nas proximidades da baía de Guanabara veio a ser substituída por policultura, além do café, que a partir desta área irradiou-se para a região Sudeste. No século XIX houve a transformação no que diz respeito à terra, pois com o declínio da monocultura açucareira, o solo foi cobiçado para outras finalidades dentre às quais a especulativa, que veio a ser potencializada com a implantação das estradas de ferro que ampliaram as áreas urbanizadas.

A cidade do Rio de Janeiro, centro econômico, político e principal aglomerado urbano, em razão da existência de uma classe aristocrática e comercial expressiva, ampliou a transformação dos espaços no seu entorno, pois nas primeiras décadas do século XIX havia uma área significativa de chácaras ou casas de campo voltadas para a população mais abastada, que pelas características das propriedades e estilo, chamou à atenção de Saint-Hilaire (1975), que frisou inclusive a existência de cultivos agrícolas.

No que concerne ao comércio de alimentos no espaço urbano, algumas iconografias da época retratam às características relacionadas a dimensões de gênero e origem étnica das pessoas praticantes do comércio ambulante. O pintor Jean Baptiste Debret, que residiu no Brasil entre os anos de 1816-1831, em suas obras abordou parte da sociedade brasileira. O quadro intitulado “Castigo imposto aos negros” na figura 1, retrata o comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro pelos chamados escravo de ganho e negra de tabuleiro, que foram importantes nas etapas de produção e comercialização de alimentos frescos, nesta cidade como em outras do país durante o período escravocrata.

Figura 1: Castigo imposto aos negros – Jean Baptiste Debret



Fonte: Itaú Cultural.

No que concerne aos espaços de produção agrícola, o naturalista Gardner (1942, p. 9 e 21) que esteve no país entre 1836-1841, descreveu os subúrbios carioca, seus aspectos

físicos e os usos do solo com cultivos agrícolas, que eram responsáveis por parcela do abastecimento alimentar na capital do Império.

É por isso que os profundos vales que cortam as montanhas são a sede principal da agricultura; e alguns deles, principalmente nas vizinhanças da cidade, estão crivados de habitações cercadas de plantações de café, laranja, banana e mandioca. Muitas das colinas menos altas ao pé da cidade tiveram suas matas derrubadas para o plantio do café; mas as plantações eram ainda muito novas quando parti, para que possa ajuizar do seu êxito em nível tão baixo. (...) Ao longo das margens do lago Rodrigo de Freitas, numerosas cabanas cercadas de campo cultivadas.

O aumento da mobilidade espacial da classe mais alta, possibilitada pelo transporte por diligências, contribuiu para a ampliação da ocupação nos arrabaldes da cidade, por isso, esta classe deixou de residir exclusivamente no antigo núcleo colonial densamente ocupado (ABREU, 1997). A modificação nos usos do solo, ao longo do tempo nestas áreas, se evidencia pela indicação de alguns nomes de bairros que se implantaram, tais como Engenho Velho, Engenho Novo, popularizados nos romances de Machado de Assis.

A demanda alimentar ampliou-se ao longo do século, haja vista o crescimento da população urbana, o aumento do poder aquisitivo de parte dos habitantes, e mesmo da substituição das chácaras que produziam e vieram a formar os bairros mais afastados, dando origem aos subúrbios carioca de alta densidade populacional, reduzindo a produção para o abastecimento local.

Na outra margem da baía de Guanabara, formou-se no município de Niterói⁸ e nos arredores uma área de produção de policultura que se destinava a abastecer principalmente a capital do Império, destacando a produção de hortaliças, frutas, arroz, feijão, mandioca e milho, substituindo aos poucos o cultivo de cana-de-açúcar. Ampliou-se, de forma geral, às áreas que forneciam alimentos agrícolas e carnes a capital, seja pelos tropeiros provenientes de Minas Gerais, ou, por navegação de cabotagem de outras províncias, e mesmo de outros países, acentuando a formação de capitais comerciais direcionados ao abastecimento alimentar urbano (MENDES, 1948).

Na década 1840, Gardner (1942) afirma que visitou uma fazenda com plantio de hortaliças europeias no atual município de Petrópolis, pertencente a um inglês, que enviava regularmente para a cidade do Rio de Janeiro sua produção com uso de muares, apesar das precárias condições dos caminhos.

⁸ Segundo Abreu (1997) em 1836 o município de Niterói possuía 29.500 habitantes, sendo 22.000 escravos. Este aspecto reforça a importância que o trabalho escravo exercia nos ofícios agrícolas e urbanos neste período na Baía de Guanabara. O autor diz que a cidade do Rio de Janeiro era uma cidade mercadoria, pelo fato de parcela expressiva da população ser escrava no início do século, e várias funções eram executadas por escravos de ganho.

A partir da década 1850, a construção das primeiras ferrovias potencializou à área de influência da cidade carioca, permitindo-lhe importar cada vez mais alimentos da província de Minas Gerais, que então vinha se constituindo em relevante produtora agrícola e de rebanhos bovinos. Hortaliças também eram trazidas do Vale do Paraíba paulista no final do século por ferrovia (MENDES, 1948).

Lobo *et al* (1971) ao analisarem a evolução dos preços alimentícios na cidade do Rio de Janeiro, afirmam que houve na segunda metade do século XIX elevação dos custos da alimentação. O avanço das plantações de café desestimulou à produção de gêneros para o mercado interno, fazendo com que eles passassem a ser cada vez mais provenientes de Minas Gerais. O crescimento populacional e a ampliação dos rendimentos decorrente do aumento do emprego fabril provocaram a maior circulação de moeda na economia, o que, somado ao incremento da atuação de agentes capitalistas resultou na flutuação dos preços e encarecimento dos alimentos.

Mendes (1948) argumenta que no final do século houve retração da atividade agrícola na Baixada Fluminense, pois antigas áreas de produção foram abandonadas, em razão do fim da escravidão e do êxodo rural, enquanto nas imediações dos núcleos urbanos, a especulação com as terras e sua transformação em loteamentos urbanos foram intensificados, ampliando-se os subúrbios à margem das ferrovias, sobre antigas áreas agrícolas.

Do ponto de vista urbano, intensificou-se a expansão do tecido urbano na capital do Império, processo este orquestrado numa lógica capitalista de produção do espaço, que, a partir de uma de suas facetas, promoveu à seletividade nos usos do solo para classes sociais distintas e atividades econômicas, com participação maciça de capitais estrangeiros, nacionais e atuação do Estado. Dinâmica esta impulsionada pela introdução do trem e do bonde no transporte urbano, além de especulação fundiária com a abertura de novos bairros a beira-mar e às margens das linhas férreas⁹.

No transcorrer do século XIX, a economia rural estabeleceu novas conformações e o centro geoeconômico do país se consolidou no Sudeste, tendo a cultura cafeeira papel fundamental no desenvolvimento de novas vias de transporte, com destaque para as ferrovias e melhorias dos portos, que permitiram conectar de forma incompleta o território nacional, redefinindo e ampliando o meio técnico dentro de formas capitalistas de produção (SANTOS, 1993). Houve o reforço de estruturação de um setor agrícola direcionado ao mercado interno, notadamente para os principais centros urbanos em expansão, em que o transporte por cabotagem exerceu papel relevante no comércio interprovíncias, rompendo parcialmente o isolamento entre as regiões (SINGER, 1977). Contudo, este processo ocorreu em intensidade

⁹ Para uma análise detalhada das ações executadas pelos capitais internacional e nacional que resultaram na ampliação do tecido urbano no Rio de Janeiro ao longo do século XIX e XX, consultar Abreu (1997).

diferente, haja vista a dinâmica de expansão urbana e da capacidade de influência que as cidades exerciam.

A cidade de São Paulo, por exemplo, foi durante o período colonial e parte do imperial, um aglomerado de pequena expressividade demográfica, apresentava economia que girava em torno do comércio de âmbito local, ausente de atividades produtivas de exportação na sua área de influência imediata que pudessem gerar prosperidade e diversificação das atividades urbanas. Foi rotulada por Bruno (1954) como um burgo de estudantes por sediar, a partir de 1828, uma Faculdade de Direito, que seria o caráter mais acentuado e destacado de sua existência histórica até década de 1870, despertando-se do seu jugo colonial. E então a cidade, favorecida por sua situação geográfica, passa a ser o centro econômico articulador entre o interior e o porto de Santos, com a implantação das ferrovias para escoar a produção de café em expansão na área oeste da província (PRADO JÚNIOR, 1998).

Contudo, a dinâmica urbana local devido a lenta transformação até os idos de 1890, manteve no entorno do núcleo urbano colonial áreas com chácaras ou residências de campo, constituindo um espaço mesclado entre uma população de menor renda e uma elite econômica que passou a residir também na cidade, construindo seus palacetes.

Para muitas famílias abastadas de fazendeiros, então fincados na cidade, essas chácaras e casas de campo representavam um fenômeno de meia urbanização. O paulistano da roça – que desde os tempos coloniais quando tinha casa na cidade era só para passar domingos ou dias de festas – urbanizava-se, mudando-se para a capital da província. Mas em certos casos conservava o seu resto de homem rural, morando em chácaras, onde havia árvores e passarinhos, e as casas se esparramavam à vontade como no sítio. Isso porém, ao lado de outra tendência: a de fazendeiros ricos que se urbanizando montavam casas mais requintadamente urbanas que a dos antigos moradores da cidade (BRUNO, 1954a, p. 479).

Esta característica no entorno do núcleo urbano seria modificada por uma série de fatores: aumento da população devido à imigração, ampliação das atividades industriais, implantação das ferrovias e constituição de novos bairros dispersos formando os subúrbios, pois no final do século inicia-se o processo de parcelamento e loteamento das chácaras, permeado por agentes capitalistas que adquiriram às terras e passaram a orquestrar a expansão do tecido urbano produzindo loteamentos além da capacidade de ocupação, por meio de práticas especulativas (LANGENBUCH, 1971; PRADO JÚNIOR, 1998).

As novas dinâmicas ampliam a divisão social e territorial do trabalho. Por dependência dos meios de transporte, as plantas industriais se instalam ao longo da ferrovia, ao passo que outras áreas estiveram até certo período, menos afetadas pelas transformações urbanas. De tal modo, veio a estruturar-se na cidade a segmentação de áreas com atividades industriais e bairros operários, a partir do loteamento das chácaras existentes, outras

permaneceram estritamente com a função residencial e com cultivos agrícolas, que posteriormente seriam convertidas em bairros. Assim, “áreas onde antes só havia chácaras, com as plantações de hortaliças, de frutas e de chá, foram se desenhando ruas. É verdade que ruas mais com jeito de estradas: com casas muito isoladas umas das outras, habitadas por gente pobre ou servindo de sede de república de estudantes” (BRUNO, 1954b, p. 575).

O abastecimento alimentar urbano devido às limitadas áreas de cultivos que pudessem garantir um fornecimento frequente e satisfatório, eram, assim, complementados pela produção nos quintais das residências e nas chácaras, que por terem dimensões significativas, permitiam a policultura, até mesmo a caça e pesca nos arredores complementava a dieta alimentar com proteína animal. São diversos os registros de escassez de alimentos na cidade ao longo do século XIX, seja em razão de complicações no abastecimento por tropeiros que traziam alimentos de áreas afastadas (Atibaia, Bragança, Franca e Sul de Minas) ou por uma população nos arredores não produzir excedentes satisfatórios para abastecer a cidade (BRUNO, 1954b).

Os arredores paulistanos, que viriam a constituir a região metropolitana, tinham no século XIX população absoluta exígua residente principalmente no campo, contudo, maior que a população urbana da capital. As sedes dos municípios eram de ocupação temporária para seus moradores e estes vinculavam-se a produção ao autoconsumo de cereais e outra parte ao abastecimento da cidade de São Paulo. Entretanto, as técnicas de cultivo empregadas resultavam de baixa produtividade e as precárias condições dos caminhos acentuava os custos das mercadorias para parcela da população na capital (LANGENBUCH, 1971).

Na cidade de São Paulo, o comércio alimentar antes de estruturar seus equipamentos fixos, tinha no comércio ambulante grande importância, pois produtores locais vendiam de porta a porta, algumas vezes essas vendas eram realizados por escravas, que segundo Bruno (1954) comercializam também nas ruas da Quitanda e das Casinhas, vias que concentraram por várias décadas o principal comércio da cidade (grãos e hortaliças), além da venda de quitutes (alimentos prontos) em pequenos tabuleiros de madeira em praças da cidade. Desta forma, o pequeno comércio ambulante era fundamental para o abastecimento da cidade, sendo parte produzida nas chácaras do entorno.

O governo visando a ampliar o povoamento e a produção de alimentos no município¹⁰ implantou colônias, na década 1870, voltadas a produção agrícola (Santana, Glória, São Caetano e São Bernardo) com imigrantes europeus, que contribuíram na difusão de novos hábitos alimentares, principalmente de legumes e frutas de origem europeia. Conforme Langenbuch (1971), o paulistano não tinha uma dieta alimentar diversificada baseada no

¹⁰No século XIX a área territorial do município era maior que a atual, pois houve desmembramentos para constituição de outros municípios no século XX.

consumo de legumes e verduras, aspecto que se modifica com o crescimento dos imigrantes no município, que ampliam estas fontes nutricionais¹¹.

Os italianos já no final do século se incorporam ao comércio ambulante de verduras e frutas na cidade, ampliando a oferta destes gêneros que melhoraram as condições da dieta alimentar dos moradores da urbe também em função do aumento de seu poder aquisitivo. Por outro lado, agravou-se a necessidade de provisão de alimentos devido ao crescimento populacional acentuado (BRUNO, 1954b).

No plano da urbanização brasileira, um conjunto de novas cidades surgiram e houve crescimento demográfico intenso em alguns locais, tais como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, impulsionado por correntes de imigrantes. A expansão da economia urbana possibilitou o surgimento de novas profissões, permitindo elevar a divisão social e territorial do trabalho, que conformou um mercado de consumo urbano mais sólido e diversificado. Nesse cenário as atividades industriais projetam novas inter-relações entre diferentes espaços da economia urbana e rural, sendo esta última, importante provedora de matérias-primas e alimentos. Assim, a cidade pôde alçar novas dimensões espaciais e demográficas, como estabelecer, do ponto de vista das interações e complementariedades com o campo, distintos papéis.

Da virada do século XIX à década de 1930

Na passagem do século XIX para o XX houve intensificação do fenômeno de urbanização no país que adquiriu novos significados, mesmo a população majoritariamente residindo nas áreas rurais, a cidade tornou-se um espaço a ser valorizado por diferentes agentes¹², com destaque para os econômicos, que projetam novas relações socioeconômicas que se efetivam em bases capitalistas que permitem distinguir as cidades, por sua maior capacidade de atração populacional, divisão social do trabalho e geração de riquezas¹³.

O processo de industrialização que se iniciou na segunda metade do século XIX fomentou os meios de diferenciação das cidades, reconfigurando espacialmente suas zonas

¹¹ A couve foi mencionada Bruno (1954a) como a hortaliça predileta dos paulistanos, aspecto semelhante ao que Saint-Hilaire (1975) dizia sobre este vegetal na dieta alimentar dos mineiros no início do século.

¹² Na economia cafeeira um conjunto de agentes (dentre eles, os comissários e o setor bancário) têm a cidade como espaço de atuação, e intermedeiam às relações entre a economia agrícola e os mercados externos. Por esta razão, as cidades portuárias como o Rio de Janeiro, e no caso excepcional a cidade de São Paulo no planalto paulista, adquiriram novas dimensões ao intermediar e mesmo coordenar uma grande *hinterland* ou zona produtora de café que ultrapassavam os limites das provinciais e depois estados.

¹³ Em 1890 as 10 maiores cidades pelo porte demográfico eram: Rio de Janeiro (522.651), Salvador (174.412), Recife (111.556), São Paulo (64.934), Porto Alegre (52.421), Belém (50.064), Fortaleza (40.902), Manaus (38.720), Niterói (34.269) e Teresina (31.523) Citadas por Azevedo (1970) e Santos (1993). Enquanto em 1900 as 10 maiores cidades eram: Rio de Janeiro (691.565), São Paulo (239.820), Salvador (205.813), Recife (113.106), Belém (96.560), Porto Alegre (73.674), Niterói (53.433), Manaus (50.300), Curitiba (49.755) e Fortaleza (48.369).

de influência sobre os espaços rurais locais/regionais, seja na provisão de produtos manufaturados ou tornando-se consumidoras e processadoras dos produtos do campo.

A cidade fomenta, a partir de sua demanda, a organização do mercado interno de alimentos, reduzindo de forma acentuada o desabastecimento periódico e quase estrutural que era recorrente. As formas de agricultura na cidade ou praticadas pelos cidadãos nas imediações que até então faziam parte do fenômeno urbano brasileiro, se reduziram em termos de pessoas praticantes e áreas, porém não foram eliminadas, haja vista a constituição de vazios urbanos que se formaram devido à expansão descontínua do tecido urbano e da permanência de hábitos dos indivíduos que produziam para o autoconsumo e parte para comercialização local.

O foco da produção é direcionado para atender parte do mercado consumidor com produtos altamente perecíveis, com destaque para as hortaliças introduzidas pela ampliação na dieta alimentar do brasileiro. Contudo, as áreas com cultivos agrícolas nos arredores da cidade passaram a ser concorridas por causa do uso do solo, e essa concorrência foi motivada em parte pela pressão demográfica como também por lógicas pertinentes ao mercado imobiliário em consolidação, que através da transformação de terras de uso rural para urbano expande de forma vertiginosa a dimensão territorial das cidades.

O novo período urbano demanda maior uso do tempo de trabalho em atividades de serviços, comércio e indústria. Além disso, as dimensões na mercantilização da terra urbana e rural, como também dos alimentos, conforma novas lógicas, muito atinentes ou vinculadas à renda da terra potencialmente mais lucrativa para o tipo de atividade a ser efetivado no interior ou nas bordas da cidade.

Estes componentes atuaram na cidade de São Paulo, por exemplo, na transformação socioespacial, pois com a expansão urbana e a terra cada vez mais valorizada por práticas especulativas, acentuou-se a substituição das últimas chácaras que tinham importância na produção de hortaliças, deslocando a produção para áreas mais afastadas da cidade. A ampliação dos mercados públicos¹⁴ e a instituição da primeira feira livre (1914) de forma regular, passou a fazer parte do hábito de compra dos moradores da cidade, surgindo outras feiras regularizando a oferta de hortaliças frescas, frutas e temperos. Parte deste suprimento provinha de áreas mais longínquas, transportados por vias férreas, por animais e mesmo pelos primeiros caminhões que trafegavam nas estradas de rodagem recém-abertas, favorecendo o escoamento das mercadorias perecíveis com destino à capital.

A ampliação do consumo de hortaliças foi garantida com a produção provida pelos imigrantes japoneses, consolidando o cinturão hortigranjeiro paulistano a partir da segunda

¹⁴O primeiro mercado público de São Paulo foi construído em 1867. Posteriormente outros foram erguidos e transferidos, sendo que o atual Mercado Municipal foi edificado em 1907, sobre um antigo mercado (BRUNO, 1954b).

década do século XX, com destaque para o município de Cotia, com base na propriedade da terra em minifúndios e/ou arrendamentos. Os nipônicos foram responsáveis também pela introdução de novos vegetais e técnicas de cultivo intensivas com maior produtividade e aproveitamento do solo, expandindo a dieta alimentar da população paulistana, e depois, de outras áreas do país¹⁵ (COSTA, 1958).

Na década de 1920, a produção hortícola estava estruturada para atender às necessidades da capital paulista, sendo que parte dela seria destinada a abastecer a cidade do Rio de Janeiro. Essa cidade não tinha estruturado nas proximidades um cinturão hortícola suficiente, por isso o Governo Federal na década de 1930, buscou incentivar a colonização japonesa nos moldes de São Paulo para ampliar a produção e abastecimento hortícola da capital federal, pois a produção em Niterói e São Gonçalo era insuficiente. Na área mais afastada da capital federal, a cultura comercial de laranja tornou-se importante, garantindo o suprimento da capital e mesmo a exportação para a Europa, a partir da introdução dos navios frigoríficos. Contudo, esta atividade expandiu-se dentro de uma lógica especulativa, dado os laranjais se difundirem ao longo da linha férrea, e seus proprietários esperarem converter as terras em loteamentos urbanos, o que foi concretizado com a formação da cidade de Nova Iguaçu (MENDES, 1948; ABREU, 1997).

A década de 1920 demarca para o Brasil a consolidação do crescimento urbano, pois as principais cidades¹⁶ adquiriram certa expressividade demográfica e de diversificação das atividades produtivas, exigindo, assim, a efetiva estruturação de um setor agrícola que fornecesse às matérias-primas para a indústria alimentícia em expansão, como também de gêneros (grãos, carnes, verduras, frutas) para o consumo direto dos habitantes. A década seguinte representou, a articulação mais acentuada entre os espaços urbanos e os espaços rurais, decorrentes do declínio das atividades de exportação e aumento das demandas internas.

Mesmo com a expansão do setor de produção alimentício para o mercado interno, a condição de alimentação do brasileiro, ainda, apresentava empecilhos do ponto de vista da ingestão insuficiente de nutrientes, pois os estudos realizados por Castro (1984) nas décadas de 1930 e 1940, demonstraram o precário consumo de minerais, vitaminas e proteínas, permitindo-o regionalizar o país em relação aos bolsões de fome, mesmo que a população tivesse acesso a alimentos diariamente. Há, assim, um paralelo entre estes estudos e o que buscamos elencar neste trabalho ao expormos as facetas vinculadas à produção na cidade

¹⁵ Exemplo de difusão de novos hábitos alimentares de hortaliças pelos nipônicos pode ser encontrado no Pará, com a implantação de colônia naquele estado visando suprir a cidade de Belém (CASTRO, 1984).

¹⁶ No censo demográfico de 1920, as 15 maiores cidades eram: Rio de Janeiro (1.157.873), São Paulo (579.033), Salvador (283.422), Recife (238.843), Belém (236.402), Porto Alegre (179.363), Niterói (86.238), Curitiba (78.980), Fortaleza (78.536), Manaus (75.704), Maceió (74.166), Teresina (57.500), Belo Horizonte (55.563), João Pessoa (52.990) e São Luís (25.929), citado por Azevedo(1970).

ou por seus cidadãos, que contribuía para reduzir a deficiência nutricional e mesmo quantitativa dos alimentos.

Considerações finais

No Brasil, a relação entre os espaços rurais e urbanos durante os períodos colonial e imperial foi marcada, por um lado, pela hegemonia das monoculturas e do trabalho escravo, e por outro, pelas restritas dimensões demográfica e reduzida divisão social e territorial do trabalho. A problemática do abastecimento alimentar se conectava diretamente às dinâmicas da economia agroexportadora, sendo que em determinados momentos, era agravada pela redução da alimentação direcionada aos núcleos urbanos. Assim, se estruturou de modo precário formas de produção para o autoconsumo e mesmo para um comércio intermitente nos núcleos urbanos.

Pesquisas realizadas por vários autores indicaram a significativa participação dos cidadãos na produção alimentar nos espaços urbanos ou em seus arredores, muito em decorrência das formas de abastecimento irregulares, inclusive associada à elevação dos preços, quando a economia exigia maior força de trabalho, sobretudo mão de obra escrava. Fato ocorrido nas regiões açucareiras e na área de mineração em Minas Gerais.

O comércio alimentar de rua era realizado, em sua maioria, por escravos e ex-escravos que se contrapunha a inexistência de um setor capitalista voltado ao abastecimento alimentar interno. No século XIX, em consequência de mudanças substanciais na economia agroexportadora e do aumento demográfico em algumas cidades, se estruturou de forma mais efetiva um setor de abastecimento urbano, ampliando às áreas de produção e as trocas, reduzindo os problemas de desabastecimento. Contudo, este tipo de comércio se restringia aos alimentos de menor perecibilidade que suportavam os deslocamentos e os precários meios de transporte. Os cultivos de alimentos de maior perecibilidade eram fundamentalmente realizados no âmbito local, isto é, nos arrabaldes das cidades ou mesmo nos seus espaços internos não edificadas.

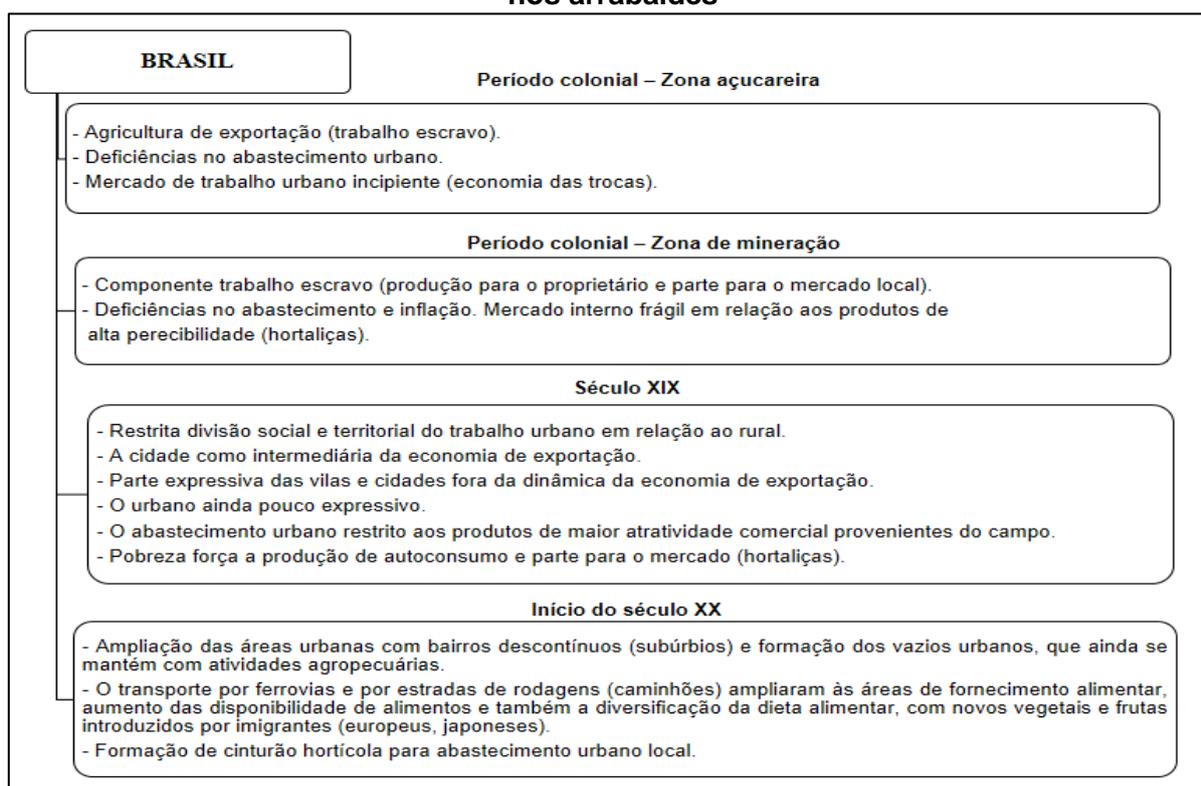
O aumento nos fluxos de imigrantes estrangeiros para o país ampliou a dieta alimentar do brasileiro ao trazerem novas espécies de hortaliças e frutas, além das técnicas de manejo que permitiram a difusão dos cultivos. Na passagem do século XIX para o XX, a expansão dos loteamentos urbanos, muito vinculada às práticas especulativas, foi substituindo áreas de produção agrícola. O deslocamento das áreas de produção veio a estruturar o cinturão verde no entorno da cidade de São Paulo na primeira metade do século XX, que se tornou importante centro consumidor.

A ampliação do consumo de hortaliças veio a enriquecer a dieta alimentar e diminuir a subnutrição com o consumo de certos elementos nutricionais. Contudo, o acesso a estes

alimentos por se efetivar majoritariamente mediante a economia de mercado, relega parcela da população, mesmo havendo a oferta nos mercados locais. Ou seja, é a nova condição da sociedade atual, em que a fome absoluta por inanição ou a crônica por falta de compostos minerais e proteicos é resultante da mercantilização da alimentação, em que a abundância e diversificação dos alimentos é restrito a uma parcela da sociedade que pode pagar por eles.

A figura 2 sintetizar os principais elementos relacionados à produção de alimentos por habitantes urbanos no Brasil ao longo dos períodos analisados no trabalho.

Figura 2: Brasil: periodização dos fatores da produção agrícola no espaço urbano e nos arrabaldes



Fonte: elaborado pelo autor.

Nas primeiras décadas do século XX, as transformações nos hábitos de consumo se fizeram mais acentuadas, decorrente da ampliação na oferta de alimentos, em consequência da maior agilidade nos transportes e no desenvolvimento de sistemas de refrigeração que permitiram conservar os alimentos para serem direcionados para mercados mais distantes. Houve, também, a difusão do consumo de hortaliças, muito em razão da intensificação da migração internacional, que possibilitou o enriquecimento nutricional das dietas no Brasil, aspecto beneficiado pelo enorme fluxo de imigrantes de várias nacionalidades que trouxeram seus hábitos alimentares e seus vegetais, que com o avanço das técnicas agrônômicas, puderam ser produzidos em várias regiões brasileiras ao longo do século XX.

Referências

- ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4 ed. – Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 1997.
- AZEVEDO, Aroldo. As cidades. In: Azevedo, Aroldo (org). **Brasil: a terra e o homem**. v. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- AZEVEDO, Aroldo. Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. **Revista Terra Livre** - AGB. São Paulo, p. 23-78, n.10, jan.- jul., 1992.
- AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade do Salvador**. 2 ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. ^{Século XIX} Burgo de Estudantes (1828-1872). Vol. II. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1954a.
- BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. A metrópole do café (1872 - 1918). Vol. III. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1954b.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. – Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à república**: momentos decisivos. – 6 ed. – São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- COSTA, Emilia Viotti. Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, Aroldo (Org.). **A cidade de São Paulo**. Estudos de Geografia Urbana. Vol. IV. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 109-152.
- FONSECA, Claudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.20, n.1, pp.77-108 jan.-jun., 2012.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Tomo I – 13 ed. - Rio Janeiro: Editora José Olympio, 1966 (primeira edição 1930).
- GARDNER, George. **Viagens no Brasil. Principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e diamante durante os anos de 1836-1841**. Tradução de Albertino Pinheiro, versão em Inglês de 1849. - Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.
- GODOY, Paulo Roberto Teixeira. A cidade no Brasil: período colonial. **Revista Caminhos de Geografia**. – Uberlândia, v.12, n. 38, p.8-15, Junho de 2011.
- ITAÚ CULTURAL. In: ENCICLOPÉDIA **Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 13 de Jul. 2019.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rico Claro, Universidade de Campinas, 1971.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília, BINAGRI, 1979.

LOBO, Eulalia Maria L. A; et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820 – 1930 – resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v.25, n. 4, p. 235 -265, out./dez. 1971.

MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1948.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A cidade de São Paulo: geografia e história**. 2 ed. - São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 13 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1973.

PUFF, Flávio Rocha. **Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia (1716 - 1755)**. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. – São Paulo: Pioneira Editora, 1968.

SAINT- HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. 2 ed. – São Paulo: Editora Nacional, 1977.

Sobre o autor

Claudinei Silva Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-2987-0985>

Como citar este artigo

PEREIRA, Claudinei Silva. A produção agrícola por habitantes urbanos no Brasil: Análise dos períodos colonial, imperial e a transição para o século XX. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 263-287, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 26 de agosto de 2019.
Devolvido para a revisão em 09 de março de 2020.
Aceito para a publicação em 21 de março de 2019.
